

# Comunicação como campo de cruzamentos, entre as estatísticas e o universal vazio

## *Communication as a crossover domain between statistics and universal emptiness*

**Vera V. França**

veravfranca@yahoo.com.br

*Pesquisadora do CNPq e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Integrante do Comitê de Assessoramento em Artes e Comunicação do CNPq no período 2010-2013.*

**José Luiz Aidar Prado**

aidarprado@gmail.com

*Pesquisador do CNPq e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. Integrante do Comitê de Assessoramento em Artes e Comunicação do CNPq no período 2010-2013.*

### **Resumo**

Partindo da questão “Que compromissos a produção de conhecimento está selando com a atual política de desenvolvimento científico no país?”, este artigo busca construir uma resposta argumentada em duas partes: a) a partir de um traçado do quadro institucional da pesquisa e da pós-graduação no país; b) a partir de um delineamento de um exame crítico sobre o modo de crescimento do campo da comunicação no país.

**Palavras-chave:** ciências da comunicação, pós-graduação em comunicação, quadro institucional da pesquisa.

### **Abstract**

In answer to the question: “What commitments is knowledge production making to the country’s current policy on scientific development?”, this article seeks to build a reasoned two-part response: a) based on an outline of the institutional framework of research and graduate courses in the country; and b) based on a critical examination of how the field of communication in the country is growing.

**Keywords:** communication sciences, graduate courses in communication, institutional research framework.

Políticas públicas e apoios financeiros importantes têm sido empreendidos de modo a impulsionar a pesquisa e a pós-graduação no Brasil na última década. Perguntaremos nesse texto se as ciências que fazemos na área de ciências humanas e aplicadas – em particular as ciências da comunicação – estão atentas aos desafios postos pelas exigências do país. Estamos construindo esse campo como uma ciência para e pelas mudanças? Que compromissos a produção de conhecimento está selando com a atual política de desenvolvimento científico no país?

Estas foram as indagações iniciais que suscitaram nossa reflexão, aqui organizada em duas partes. Num primeiro momento, buscamos traçar o quadro institucional da pesquisa e da pós-graduação no Brasil, marcado por forte incentivo ao crescimento. Elencamos, em seguida, um conjunto de pontuações, buscando delinear um olhar crítico

com relação à direção e à qualidade desse crescimento e do conhecimento que estamos produzindo.

### **1. O quadro institucional**

Um aspecto fundamental deve ser enfatizado ao des-cortinarmos o quadro mais amplo do ensino e da pesquisa da comunicação no Brasil de 2013: a existência, no país, de uma política pública de forte incentivo e incremento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com o decorrente crescimento exponencial da pós-graduação e das atividades de pesquisa. Nesse rumo, alguns dados se destacam de forma bastante contundente. Primeiramente, tratemos da expansão da pós-graduação. Temos hoje 43 Programas de Pós-Graduação em Comunicação em todo o país, aprovados pela Capes, sendo 20 cursos de doutorado, 43 mestrados acadêmicos e um mestrado profissionalizante.

A Pós-Graduação em Comunicação no Brasil teve início nos anos 1970, com cinco cursos pioneiros criados mais ou menos no mesmo período (os cursos da UFRJ, USP, PUC-SP, UMESP, UNB). Esse quadro permaneceu mais ou menos inalterado por mais de dez anos<sup>1</sup>; dos anos 1990 em diante começou uma fase de crescimento (em torno de 20 cursos na passagem do século), para alcançar uma verdadeira aceleração na última década – e passar dos 40 neste momento.

O aumento do número de Programas de Pós-Graduação em Comunicação faz parte de um quadro mais amplo de expansão da pós-graduação no país. Vale dizer que o sistema de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, em suas diversas áreas, apresenta 3.571 Programas de PG, dos quais 55,6% integram o Sistema Federal de Educação; neles estão matriculados (somando mestrados e doutorandos) um total de 187.760 alunos. Este conjunto (3.571 PPG) se distribui em nove grandes áreas de conhecimento. A Comunicação está inserida na grande área de Ciências Sociais Aplicadas (com 620 Programas). Somando-se as áreas de Ciências Humanas (765 Programas) e Linguística, Letras e Artes (289), temos então, na área de Ciências Humanas e Sociais, um total de 1.674 Programas (cerca de 46% do total). Existe uma forte concentração dos Programas nas regiões Sudeste e Sul do país – distribuição que também se aplica aos Programas de Comunicação (20 PPGCOMs na região Sudeste, 10 na região Sul, 12 nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste).

A agência nacional de fomento à pós-graduação é a Capes, órgão do Ministério de Educação (MEC), que atua estabelecendo diretrizes, financiando e avaliando os projetos e cursos de pós-graduação. A Capes fornece verbas para os Programas atendendo desde demandas de infraestrutura (laboratórios, livros) e bolsas de estudo (para alunos e para a capacitação de professores) até atividades como eventos, convite a professores visitantes e apoio a atividades de cooperação em nível nacional e internacional (neste caso, em parceria com agências de outros países).

Ao lado da Capes, temos outra importante agência de fomento à pesquisa, o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia), que atua em ligação direta com os pesquisadores; um de seus programas mais significativos é a Bolsa de Produtividade de Pesquisa (PQ), recebida mensalmente, atribuída a pesquisadores ligados à pós-graduação. A área de Comunicação abriga, em junho de 2013, um total de 129 bolsistas de produtividade CNPq (chamados bolsistas PQ): um número pequeno, se pensamos no grande contingente de pesquisadores ligados aos Programas de Pós-Graduação (em 2013 são mais de 500). A dotação orçamentária desta agência precisa crescer

muito para acompanhar o crescimento da pós-graduação no país; tem havido uma ampliação, mas ainda modesta face à demanda. Poderíamos dizer que o número dobrou nos últimos 10 anos (passou de algo em torno de 60 para 129 bolsas), tendo alcançado uma renovação de 37% nos últimos cinco anos (com o ingresso de 48 novos bolsistas). É importante destacar o valor (financeiro e simbólico) dessas bolsas. Considerando que parte desse grupo de bolsistas (50 pesquisadores nível 1) recebe uma complementação (uma taxa de bancada) para gastos com a pesquisa, podemos dizer que se trata de um pequeno grupo do qual muito se deve esperar.

Ao lado dessas bolsas, o CNPq tem chamadas anuais para editais de apoio a projetos de pesquisa, bolsas especiais no país e exterior para alunos e professores (nível de pós-doutorado), apoio à realização de eventos e outros, dirigidos a áreas e/ou temáticas específicas. Para se ter uma ideia de proporções de nossa área, faremos uma comparação com a área de Educação no edital universal de 2013, em que os pesquisadores submeteram projetos para solicitar verbas para equipamentos, serviços de terceiros, material permanente e de consumo para pesquisa, passagens, etc. Na Comunicação tivemos cerca de 90 pedidos, enquanto na Educação houve 501. Havendo maior demanda qualificada (projetos aprovados por mérito, mesmo que não haja verba para todos), maior será a verba alocada pela agência na distribuição relativa de recursos.

Tanto a Capes quanto o CNPq têm políticas que buscam reduzir as assimetrias e desníveis regionais na distribuição da pós-graduação e da pesquisa, estabelecendo, em alguns editais, quotas para as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste do país, criando programas interinstitucionais especiais (Dinter, Procad), seja para propiciar a formação doutoral de professores de universidades distantes, ou possibilitar o intercâmbio entre grupos de pesquisa com graus de consolidação diferenciados, com vistas a uma troca de experiências que estimule o crescimento dos cursos e pesquisadores iniciantes.

É importante registrar ainda que nos quesitos de avaliação dos PPGs pela Capes foi introduzido um novo item, que se refere a atividades de integração social. Ou seja, há exigências para a expansão e o crescimento da pós-graduação e formas de incentivo para reduzir a desigualdade neste crescimento.

Além dessas duas grandes instituições, existem agências estaduais de fomento (FAPs), algumas bastante potentes, como a FAPESP, que também atribuem bolsas, recursos para pesquisa, eventos e viagens. Esse quadro – crescimento da pós-graduação, programas de incentivo à formação de pesquisadores e incremento à pesquisa – atesta a existência de uma política pública para a edu-

<sup>1</sup> Entre os anos 70 e 90, apenas dois novos cursos foram criados – os Programas de Pós-Graduação da UFBA e UNICSMP, totalizando os sete que existiam por ocasião da criação da COMPÓS, em 1991.

cação voltada claramente para o desenvolvimento científico. A partir sobretudo da primeira década do séc. 21 (que coincide com o início do governo Lula), o ensino superior e particularmente as universidades públicas receberam novos e redobrados incentivos desde 2003. Nos últimos anos, vem se delineando uma clara dimensão estratégica voltada para o desenvolvimento da pesquisa e da formação de pesquisadores.

As lideranças políticas dos órgãos públicos ligados à ciência e à educação, provindos majoritariamente das ciências exatas e biológicas, têm destacado a curva ascendente dos índices de desempenho científico do Brasil nos últimos anos. Estabelecem também uma visada comparativa com o crescimento econômico do país e apontam a necessidade de melhor desempenho. No cenário da economia mundial, o Brasil tem hoje o 6º maior PIB – um lugar de destaque; no entanto, ocupa o 13º lugar na produção científica mundial, e perde mais pontos ainda quando lido pelo índice de impacto de sua ciência (fator H), ocupando o 24º lugar. De qualquer modo, nas ciências humanas e aplicadas temos de nos perguntar: *desempenho para quê e em que direção social?*

Há alguns anos não lidávamos ou não pensávamos muito nesses índices – talvez por ocupar uma posição muito tímida na grade de classificação mundial. O fato de termos avançado impulsiona a busca por um desempenho cada vez melhor. Autoridades ligadas à ciência e à educação destacam os índices econômicos como uma referência para os índices científicos e estabelecem novas metas. Como lidar com esse vetor quantificador?

## 2. Diretrizes para a pós-graduação e a pesquisa

A Capes, pela inegável direção que imprime ao perfil e ao rumo da pós-graduação no país, exerce um papel determinante também nos parâmetros que pautam a pesquisa brasileira. Dessa maneira, é significativo lançarmos um olhar sobre suas políticas. Há dois anos ela lançou o PNPG 2011-2020, que estabelece não apenas metas de crescimento, mas o enquadra em diretrizes que incorporam ideais de compromisso social, projeção e busca de qualidade. São elas: a ênfase nos mestrados profissionalizantes; o compromisso da PG com a educação básica; a interdisciplinaridade e a internacionalização. Refletindo rapidamente sobre cada uma delas, e sobre a maneira como elas incidem e se traduzem no campo da Comunicação, algumas possibilidades e indagações se colocam:

a) *A ênfase nos mestrados profissionalizantes.* Os MP representam uma possibilidade de aperfeiçoamento (um *upgrade*) nas práticas profissionais. No contexto de desenvolvimento econômico e demanda de mão de obra qualificada, eles se aliam ao projeto de formação de profissio-

nais de ponta, atuando em parceria com empresas para a formação de recursos humanos. Na área de Comunicação, o primeiro MP foi implantado recentemente<sup>2</sup>, e a área, por enquanto, não deu sinais de grande simpatia para com esta vertente. Como irão dialogar os mestrados acadêmico e profissional? Que tipo de complementaridade deve ser pensada entre a agenda de pesquisa e a formação profissional na área de Comunicação?

b) A preocupação de *diálogo da PG com a educação básica* busca superar o grande fosso existente entre o ensino superior (com a grande qualidade das universidades públicas) e o ensino básico da rede pública – este, carente de melhoria. Traduz, dessa maneira, uma preocupação com a horizontalidade na política educacional e o compromisso social do Governo. Não é evidente como essa diretriz atuará e que modificações efetivamente trará. Em nosso caso, como vai se traduzir no âmbito da Comunicação? A área ainda precisa indagar de que maneira nossa produção de conhecimento incide e pode fortalecer a educação básica em nosso país. É preciso avançar em propostas a partir de uma série de pontos nodais: como formar os professores da rede básica para os problemas comunicacionais do presente? Como dialogar com a área da Educação no sentido de ajudar a pensar um novo formato, uma nova pedagogia, mais próxima e em sintonia com a experiência midiática e de redes sociais da juventude? Como contribuir na formação dos jovens não apenas como audiência crítica da mídia, mas – e considerando sua presença cada vez mais ativa nas redes sociais enquanto divulgadores e produtores de informação – sobretudo enquanto vozes responsáveis e comprometidas? Como repensar a política – e aqui se coloca o diálogo da Comunicação com outras áreas como Filosofia Política, Ciência Política e Sociologia – para além dos partidos e de uma institucionalidade engessada? Como incluir o debate sobre a distribuição de concessões e usos dos dispositivos comunicacionais, de modo a enfrentar elites regionais poderosas, detentoras das concessões?

c) No que tange à diretriz da *interdisciplinaridade*, encontramos uma clara contradição entre o discurso acadêmico (tanto teórico quanto institucional) e a prática. Se, no plano reflexivo, e a partir de diferentes autores e fontes, criticam-se a fragmentação e a departamentalização da ciência “moderna” e postula-se um “paradigma da complexidade”, a prática da organização dos cursos ainda não reflete esse ideal de confluência e diálogo das áreas em direção à inter, multi ou transdisciplinaridade. Essa relação da Comunicação com outras ciências humanas e aplicadas de que falamos no item anterior exige o pensamento (nos níveis teórico e metateórico) e a prática desse tipo de confluência e cruzamento. A discussão dos novos paradigmas científicos em direção aos atravessamentos e às convergên-

<sup>2</sup> O primeiro mestrado profissionalizante aprovado foi o da UFPB, em 2012.

cias teóricas esbarra na defesa de fronteiras disciplinares e na política corporativa de inúmeras áreas e instituições. A estrutura das instituições, em linhas gerais, segue a unidade do departamento, que é fundamentalmente disciplinar. A questão é: *como implantar os estudos inter e transdisciplinares numa estrutura disciplinar?* Como criar centros de pesquisa de recorte mais amplo, que possibilitem o intercâmbio e diálogo entre as várias áreas de conhecimento no tratamento de problemas e de uma realidade que, definitivamente, não é compartimentalizada nem disciplinar? Como a área de Comunicação poderia se colocar nessa reflexão? Precisamos nos deter nessas questões.

Referindo-nos ao campo específico da Comunicação, a pós-graduação, em anos recentes, sofreu uma forte investida de depuração, carregada, cá e lá, de protestos e convulsões, na perspectiva de delinear com clareza seu “objeto de estudo” e os critérios de pertinência e pertencimento à área. Entretanto, é com relação aos cursos de graduação que se manifesta com mais força, neste momento, uma dinâmica conservadora, claramente oposta à perspectiva da trans e interdisciplinaridade, com a defesa e aprovação do retorno ao ensino separado do Jornalismo, abrindo a via para o retorno à divisão da Comunicação em habilitações profissionais – e para o seu enfraquecimento enquanto área conjunta<sup>3</sup>. Será improdutivo e intempestivo, num momento em que se deveria avançar no compartilhamento das diversas áreas de conhecimento, compartimentalizar internamente a própria Comunicação, incentivando domínios fechados e discursos corporativos.

d) Se as outras três diretrizes trazem ambiguidades ou controvérsias quanto à sua aplicação e sua exequibilidade, a quarta diretriz – a *internacionalização* – aparece de forma inequívoca e representa hoje, na Capes e no CNPq, a senha da excelência, o patamar a ser alcançado seja pelos Programas de Pós-Graduação, seja individualmente pelos pesquisadores. A ciência no Brasil foi sempre marcada pela abertura ao exterior – e isto significava, até então, o acesso e apoio na literatura estrangeira (europeia e norte-americana) e a formação em nível de pós-graduação no exterior (idem). É claro que isso enseja e exige reflexão, no sentido, por exemplo, de nos perguntarmos se a epistemologia do norte deveria ser importada tal e qual para as realidades do sul, para lembrar uma temática cara a Boaventura Santos (2010).

No momento atual, a política institucional para a pesquisa na pós-graduação busca promover uma conversão, com vistas a novas relações, agora em mão dupla. *Interna-*

*cionalização* como nova palavra de ordem passa a significar diálogo internacional em igualdade de condições, com publicação nas revistas internacionalmente qualificadas, participação e organização de eventos internacionais, realização de acordos de cooperação e inserção em grupos internacionais de pesquisa.

O que significa tal empenho? Ampliação do conhecimento, sem dúvida, esforço de se atingir um novo patamar. Possibilidade de inserções e diálogos que alterarão nossa estrutura de “receptores”. Como ressaltado no início, estamos presenciando um quadro institucional bastante estimulante, com vantagens e incentivos para o fortalecimento do trabalho científico. Há busca de intercâmbio e diálogo não apenas com os países do norte (que ainda preservam, sem dúvida, a ênfase principal<sup>4</sup>), mas também um início de movimento em direção à Ásia e África e uma nova sensibilidade com relação aos países latino-americanos<sup>5</sup>. Entretanto, há que se perguntar sobre o conteúdo final dessa meta, sobre a natureza desse objetivo, sobre a finalidade do processo: *internacionalizar como e para quê?*

### 3. Desafios e compromisso social da pesquisa

No percurso acima procuramos esboçar o quadro institucional da pesquisa em Comunicação no Brasil – que consideramos positivo e potencialmente promissor. Procuraremos agora chamar a atenção para alguns aspectos que nos parecem essenciais e dialogam sob a forma de desafio com as diretrizes apresentadas pelas agências, no sentido de garantir que o quadro de crescimento signifique abertura de horizontes e mudanças nas políticas comunicacionais brasileiras (em termos da distribuição do uso e acesso aos dispositivos comunicacionais, como já foi dito). São eles: a questão da qualidade; a abertura e compartilhamento da reflexão; o compromisso social do conhecimento; nossa inserção no cenário mundial.

Como primeiro tópico, queremos enfatizar o binômio *quantidade x qualidade*. Se uma das diretrizes do Plano incide na complementação da formação profissional, através dos mestrados profissionalizantes, a dimensão acadêmica da formação em nível de pós-graduação, que vem sendo implementada nos últimos anos, tem uma clara inflexão no quesito “produção bibliográfica”. Conhecemos o imperativo ditatorial que rege o mundo acadêmico nos dias atuais: *publish or perish*. Estamos, no Brasil e em todo lugar, submetidos à necessidade de alcançar altos índices de publicação. O pesquisador se transforma num *extra-*

<sup>3</sup> Referimo-nos aqui à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Jornalismo (Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013), elaborada por comissão de especialistas designada pelo MEC. De acordo com essas diretrizes, os cursos de Jornalismo deixarão de fazer parte dos Cursos de Comunicação. Uma dinâmica semelhante está sendo pensada para as demais habilitações da área.

<sup>4</sup> Lembramos aqui o programa Universidade sem Fronteiras e as bolsas de doutorado e pós-doutorado fora do país.

<sup>5</sup> Com relação a este tópico, podemos exemplificar, entre outras, com a ação da UFMG, que acaba de criar um Centro de Internacionalização, incluindo cinco Centros específicos – de Estudos Europeus, Estudos Chineses, Estudos Indianos, Estudos Africanos e Estudos Latino-Americanos.

to intelectual, espécie de extrato contábil de publicações (como num extrato de banco<sup>5</sup>).

Num levantamento recente do índice de produtividade do pesquisador bolsista do CNPq, chegamos, nas atividades do Comitê Avaliador da área, a números elevados – e assustadores. A área de Comunicação, a partir da Capes e do CNPq, estabeleceu, já há algum tempo, um índice de duas publicações qualificadas anuais por pesquisador como medida de produção adequada. Entretanto, neste levantamento constatamos, no Comitê de Avaliação do CNPq, que este índice, na prática dos pesquisadores, já foi, na média, ultrapassado. A média anual de publicações está por volta de cinco produtos/ano – sendo que alguns pesquisadores (e sobretudo os mais jovens, que querem catapultar a carreira) chegam a publicar dez ou mais artigos e/ou capítulos por ano.

Este é um fato positivo? É algo que devemos comemorar? Certamente que não. Não há nenhuma evidência empírica de que publicar muito aumenta a qualidade, ou sequer que o grande número de publicações garanta ao autor uma posição de referência. Ao contrário, deve-se temer pelo esvaziamento da qualidade provocado pelo produtivismo (acarretando produções superficiais e/ou repetitivas), o que pode comprometer a credibilidade do autor.

A rigor, não temos ouvido defesas do produtivismo. No entanto, vemo-nos enredados na teia que nos empuxa a aumentos de produção e interiorizamos a exigência com mais força do que a letra da lei, chegando alguns a se autoimpor uma dinâmica de trabalho que pode comprometer a qualidade da própria pesquisa (e sua qualidade de vida).

Sem a necessária e permanente revisão crítica de nossos objetivos, corremos o risco de submergirmos duplamente nos imperativos da produção, dividindo-nos entre um ensino profissionalizante que, direcionado às exigências do mercado de trabalho, prescinde da reflexão acadêmica e de seus resultados e uma produção acadêmica preocupada em atingir índices, que prescinde das necessidades e apelos trazidos pelo campo do real. Assim, a luta pelo aumento de qualidade e a relativização do produtivismo deve seguir paralela à intensificação da reflexão teórica, que não se restrinja aos imperativos do mercado, o que nos leva, como vimos, também à defesa da transdisciplinaridade, contra a departamentalização tecnicista da disciplinarização.

Pelo menos no Brasil, a quantidade de publicações que se disponibiliza anualmente ultrapassa em muito nossa capacidade de leitura e discussão. Preocupados em escrever, não damos conta de ler o que se publica. Além disto, o grande número de periódicos publicados pela área e o fato de que esses periódicos ainda não se consolidaram

suficientemente e não se criou ainda um elenco nítido de revistas de referência provocam leituras dispersas e a inexistência de repertórios comuns. Este quadro favorece o surgimento de um segundo problema: *a falta de compartilhamento, a setorização e o fechamento da reflexão*. Os pesquisadores permanecem em “corredores” específicos, sem muita comunicação entre si, correndo em circuitos fechados. Agrupamo-nos em torno de conceitos, autores, escolas, quando não de campos profissionais, sem muita preocupação com os *cruzamentos*, que se ligam ao trans da transdisciplinaridade. A já citada divisão da área de Comunicação em subáreas específicas como Audiovisual, Jornalismo, Relações Públicas e outras pode vir a provocar a diluição de problemas que devem ser estudados em perspectivas cruzadas e ferir a diretriz da interdisciplinaridade e atrasa o surgimento de novos saberes, de um conhecimento produzido no compartilhamento. *Comunicação é o nome do campo desses cruzamentos*.

Essa questão do compartilhamento pode ser também identificada quando olhamos para a bibliografia da área. No Brasil, a área das Ciências Humanas e Sociais está iniciando o uso de mecanismos de aferição do chamado “índice de impacto” que venham a delinear o perfil do consumo da literatura da área, porém ainda não alcançou o desenvolvimento de instrumentos adequados. O uso de tais índices apresenta problemas sérios. Ainda assim, e levando-se em conta o caráter experimental da medição realizada, a avaliação recente dos pesquisadores PQ da área de Comunicação do CNPq não mostrou índices animadores. Mesmo prescindindo desses índices, a simples observação dos textos submetidos a publicação, a eventos, etc. permite constatar que a citação recíproca e circular é pequena. Nossa bibliografia de referência continua sendo predominantemente de autores estrangeiros (é uma bibliografia atual e consistente – mas muito exógena). É preciso, cada vez mais, estimular nossos alunos de pós-graduação a ler a produção nacional, publicada em nossas revistas, livros e teses, a operar com ela.

Este quadro é preocupante não porque mostra um baixo índice de impacto (ganhamos em um índice – alta produtividade dos pesquisadores; perdemos em outro, baixa leitura dessa produção), mas porque essa corrida é auto-destrutiva. É preocupante porque não estamos nos fortalecendo enquanto comunidade pensante e coletivo reflexivo; porque a falta de apoio e sustentação recíproca enfraquece nossa capacidade reflexiva e de imaginação. Não estamos somando esforços na constituição de uma referência sólida comum e no exame partilhado dos problemas e desafios de nossa própria realidade comunicacional.

Estamos numa grande corrida para alcançar bons índices de produção científica, aumentando o número de

<sup>5</sup> Sobre isso ver Prado e Dunker, 2005.

produtos de conhecimento. Entretanto, se o conhecimento gerado se esvazia, estamos apenas produzindo índices... Índices vazios, ícones do mesmo. É preciso nos perguntar, para além dos índices, o quanto de efetivo conhecimento estamos produzindo – e o quanto este conhecimento retorna e afeta o mundo. E aí chegamos à terceira indagação, que é a da *responsabilidade social* da ciência. O compromisso e o objetivo de nossa produção não são (ou não podem ser) determinados pela produção de índices – com a nota de nosso programa, com a *performance* de nosso Currículo Lattes, mas com a qualidade desse conhecimento e com a possibilidade de seu impacto no âmbito da sociedade, como dissemos desde o início de nosso texto.

Não estamos falando de conhecimento aplicado (não diretamente, como o PNPG pretende com os mestrados profissionalizantes – uma formação de recursos humanos), mas de conhecimento que produza diferença, conhecimento que faça agir, conhecimento que desloque o *status quo* das comunicações brasileiras como estão hoje instaladas.

Entendemos que quando o PNPG enfatiza a ligação da pós-graduação (e acrescentamos – da pesquisa) com o ensino fundamental, esta ênfase não é (não deve ser entendida) no sentido estrito de unidades de conhecimento formal. Ela deve significar antes complementaridade na formação de cidadãos e cidadãs responsáveis, ativos, engajados em um processo de construção de futuro, ensejando mudanças acontecimentoais do já-dado e instauração de um processo de verdade que produza novos sujeitos comunicacionais a partir de uma nova política (conforme Badiou, 1996).

O conhecimento que nós, pesquisadores da comunicação, produzimos retorna à realidade de duas maneiras (ou por duas vias): através da ação dos profissionais que nós formamos, mas também diretamente, incidindo na formação de um novo senso comum (Boltanski, 2009). É nossa responsabilidade, portanto, fomentar um pensamento crítico, não exatamente no sentido tradicional de “denúncia da ideologia”, mas no de um pensamento que recuse o particular e o fechado em busca do universal; que não se atenha ao estabelecido, mas tenha a ousadia de buscar o novo. Ernesto Laclau nos coloca, no mundo pós-fundacionista, a necessidade de pensar na emancipação como um universal vazio, não mais talhado segundo o projeto moderno: “a emancipação significa, ao mesmo tempo, fundação radical e radical exclusão; ou seja, [...] ela postula, ao mesmo tempo, um fundamento do social e sua impossibilidade” (Laclau, 1996, p. 19). Se a sociedade não nos é dada como um conjunto fechado, totalizado, então estaríamos relegados a um mundo de particularismos, de grupelhos multiculturalistas competindo para ter sua voz inscrita nas superfícies midiáticas? A resposta de Laclau é pela via de um universalismo que nada mais é senão plenitude ausente, um universalismo que pode emergir somente a partir de um conteúdo particular, “já que é somente a negação de

um conteúdo particular que transforma esse conteúdo em símbolo de uma universalidade que o transcende” (*ibid.*, p. 33). Aqui a passagem do particular ao universal lembra a fenomenologia hegeliana, em que a série de “aquis” leva à negação de cada aqui particular para construir um aqui universal. A Comunicação entendida como um universal vazio aponta para uma plenitude ausente, em que o plurilinguismo, para lembrar Lazzarato (2006), enfrenta o monolinguismo dos dispositivos comunicacionais hegemônicos. Não basta apostar num plurilinguismo nos moldes do multiculturalismo, em que cada grupelho cuida dos assuntos particulares, sem se ligar aos demais grupos, às demais diferenças; só é possível pensar numa luta emancipatória a partir de um universal vazio, a partir do qual dialoguem as lutas particulares.

Ao falar da perspectiva crítica, não pensamos apenas na eleição de determinados temas ou enfoques que sejam, por si mesmos, e nesse momento, potencialmente significativos, como a questão da propriedade dos meios e o entendimento dos processos comunicacionais hegemônicos; os usos dos novos dispositivos eletrônicos e as novas formas de participação política inventadas pelas comunidades das bordas. A perspectiva crítica não implica somente uma questão de conteúdo, mas também de tratamento – e de método. Ela implica uma atenção ao empírico, ao mundo do sensível, mas também ao cuidado da universalidade; exige o acolhimento e a leitura das ações e discursos dos diferentes sujeitos (o plurilinguismo), porém deve ultrapassar a descrição e a justaposição de particularidades, e ter a ousadia de interpretá-las na direção do universal vazio, da plenitude ausente ao redor da qual enfrentamos discursos concorrentes.

É apenas desta maneira que atenderemos ao interesse público e poderemos escapar da lógica imposta pelos sistemas de poder, servindo ao empoderamento da sociedade – sobretudo dos setores e grupos mais frágeis.

#### 4. Por uma outra internacionalização

No contexto de uma reflexão que toma certa distância dos parâmetros estabelecidos da produção acadêmica e se preocupa antes em resgatar o compromisso com uma efetiva produção de conhecimento, bem como o compromisso social dessa produção, qual o sentido e quais as bases para se falar em internacionalização? Esse eixo tem ainda sentido quando os parâmetros escolhidos não se restringem apenas aos índices de produção, o *qualis* das publicações, a nota dos Programas?

Para fazer essa reflexão, dois aspectos devem ser ressaltados. O primeiro é da ordem da constatação. No mundo globalizado em que vivemos, a internacionalização não é uma meta, mas o novo discurso, a nova “realidade”. Ela já está colocada, gostemos ou não. Torna-se necessário, por-

tanto, avaliarmos onde e como nos situamos nesse quadro e o lugar que nele queremos ocupar. Qual é o *status quo* da globalização e da comunicação globalizada e como podemos pensar em políticas acontecimentais que rompam com esse já-dado em curso?

O segundo ponto diz respeito ao risco de sua reificação. Não se pode (ou não se deve) tratar a internacionalização dos Programas e de nossa produção acadêmica como algo bom e justificado em si mesmo, ou como *qualquer* tipo de inserção / participação externa fosse válido.

Em busca de sua internacionalização, os PPGs se esforçam para celebrar acordos com instituições estrangeiras a qualquer preço, e os pesquisadores saem em busca de eventos em toda parte – cavando a duras penas seus 15 minutos de fala, geralmente em cenários que dificilmente possibilitam desdobramentos em termos de discussão e reflexão compartilhadas.

Quanto às publicações internacionais (e devemos encarar isto sem nenhum complexo ou sentimento de culpa), temos de admitir que a maior parte da produção e dos autores de comunicação brasileiros não alcançou ainda grande expressão no cenário internacional. Esta é uma fragilidade que devemos superar? Queremos argumentar que sim – porém pelas possibilidades de incremento do nosso conhecimento, e não pelo encanto (ou obrigatoriedade) dos índices. Pontos positivos e negativos se alternam nesta busca; é necessário equacioná-los para evitar uma soma zero – ou um grande esforço e dispêndio de energias para alcançar resultados pífios.

Antes de tudo, devemos tentar encontrar as razões para a busca da internacionalização – e boas razões se apresentam. Primeiramente, a ciência é de fato sem fronteiras. A prova disto é que até então em geral buscamos e nos alimentamos de teorias e autores europeus e/ou norte-americanos. Isto não é mau em si; o que nos tem faltado é o fluxo no sentido inverso. A internacionalização significa, assim, nos inserirmos diferentemente nesse mundo sem fronteiras que é desde sempre nosso *habitat*, bem como pensarmos a nossa realidade a partir de uma recolocação das teorias vindas do norte, indagando-as como ideias fora de lugar, na expressão de Roberto Schwarz.

A busca de internacionalização significa também a possibilidade de uma interlocução de alta intensidade e o crescimento trazido pelo atrito com a diferença. O tipo de internacionalização que nos interessa é certamente aquela que possibilite a construção de uma *rede de interlocução e de partilha de conhecimentos*; que nos coloque não somente como receptáculos do conhecimento do Outro, mas como portadores de uma escuta atenta e forte, para executar uma

espécie de antropofagia criativa da produção do Outro. Que garanta a ida e a vinda de pessoas e o desenvolvimento de pesquisas conjuntas. Que permita constituir comunidades ou microcomunidades, marcadas por fluxos em todas as direções – e não somente na direção dos países em que a pós-graduação é mais forte. Que esteja assentada em contrapartidas equilibradas entre as instituições envolvidas, e na qual se estabeleçam a partilha de tarefas e o comprometimento e responsabilidades divididas.

Entretanto, pontos negativos – ou empecilhos – também se colocam nesse percurso: dificuldades burocráticas de várias ordens; diferenças regionais; o obstáculo da língua; em vários momentos, a falta de interesse do parceiro internacional no conhecimento e reflexão por nós produzidos (o que acentua o desequilíbrio da troca), entre outros.

Boaventura Santos nos propõe uma *ecologia de saberes*, em que as várias partes dialogam na construção do conhecimento e não visam somente aprender com o mais sabido. Por essa razão, nosso mapa não deveria ser apenas o Mapa das Excelências, mas o mapa dos desafios e das dificuldades a enfrentar e também o das expectativas de cada Programa, dos interesses temáticos e teóricos/práticos concretos, da *politização das partilhas*, de modo que haja uma reflexão sobre o que se partilha, o que se deseja e o que se ganha com o esforço de colaboração entre países e programas.

Tal esforço de repensar a Comunicação como um universal vazio a partir de tantos vetores visa justamente construir um caminho interrogado a partir da transdisciplinaridade e do fluxo entre saberes diversos, tanto geográfica quanto culturalmente ancorados, para além das estatísticas e do produtivismo.

## Referências

- BADIOU, A. 1996. *O ser e o evento*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- BOLTANSKI, L. 2009. *De la critique: Précis de sociologie de l'émancipation*. Paris, Gallimard.
- MEC-CAPES. 2010. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020*. vol. I. Brasília, CAPES.
- LACLAU, E. 1996. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires, Ariel.
- LAZZARATO, M. 2006. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PRADO, J.L.A.; DUNKER, C. 2005. *Zizek crítico*. São Paulo, Hacker.
- SANTOS, Boaventura S. 2010. *Epistemologias do sul*. São Paulo, Cortez.
- SANTOS, Boaventura S. 2007. *Renovar a teoria crítica e reinventar a democracia*. São Paulo, Boitempo.
- SCHWARZ, Roberto. 1977. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades.